

LABOMINAS LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA EIRELI / CNPJ: 02.956.244/0001-78
Rua: João Fonseca, nº 145, Bairro: Jardim Vista Alegre, CEP: 37.132-061 – Alfenas – Minas Gerais

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS/MG

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90012/2025

CONTRATANTE (UASG)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS/MG (153028)

OBJETO: “Contratação futura de serviço de confecção de armação metálica de prótese parcial removível, para atender as necessidades da Faculdade de Odontologia da UNIFAL-MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.”

A empresa, **LABOMINAS LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA LTDA**, CNPJ: 02.956.244/0001-78, com sede à Rua: João Fonseca, nº 145, Bairro: Jardim Vista Alegre, CEP: 37.132-061 – Alfenas, e-mail: labominas@gmail.com e/ou labominasprotese@hotmail.com, legalmente representada pelo Srº Luciano de Freitas Silva, portador do CPF: 028.521.266-48 e RG: M-8909579, por seu sócio-gerente/administrador abaixo-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria apresentar o recurso administrativo, em face da DESCLASSIFICAÇÃO da recorrente e da CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO da recorrida, JOSE RAIMUNDO ALVES, CNPJ: 08.041.602/0001-07.

Da Motivação Recursal

Apresentada a tempo e modo, da desclassificação da recorrente, ao fito de que **“no descritivo do item mencionado pela empresa, insere-se materiais como placa de dentes, resinas termopolimerizáveis e autopolimerizáveis que não compõem o objeto descrito no edital”**; contudo encontra-se TOTALMENTE equivocada a respeitada decisão do Pregoeiro(a), senão vejamos;

Agora vejamos do DESCRITIVO/ESPECIFICAÇÃO do objeto da licitação instada na RELAÇÃO DE ITENS do EDITAL:

1 - Confecção de prótese dentária fixa - total / parcial			
<u>Descrição Detalhada: 131663 - Serviço de confecção de armação metálica de prótese parcial removível (composição em liga de cobalto cromo).</u>			
Tratamento Diferenciado: Não			
Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não		Critério de Julgamento: Menor Preço	
Quantidade Total: 300		Critério de Valor: Valor Estimado	
Quantidade Máxima para Adesões: 600		Unidade de Fornecimento: UNIDADE	
Intervalo Mínimo entre Lances (%): 1,00			
Local de Entrega (Quantidade): Alfenas/MG (300)			

Agora vejamos do DESCRITIVO/ESPECIFICAÇÃO do objeto da licitação instada na RELAÇÃO DE ITENS da PROPOSTA REALINHADA da licitante:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE / NOME DO PROPONENTE: LABOMINAS LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA LTDA.
ENDEREÇO: Rua: João Fonseca, nº 145, Bairro: Jardim Vista Alegre, CEP: 37.132-061 – Alfenas.
CIDADE/UF: Alfenas - MG. CEP: 37.132-160.
CNPJ: 02.956.244/0001-78. e-mail: labominas@gmail.com labominasprotese@hotmail.com .
FONE: 35-3297-3471 / 35-9882546661.
REPRESENTANTE LEGAL: Luciano de Freitas Silva.

Item	Especificação	UND	Marca	Valor Unitário	Valor Total	Quant
01	Serviço de confecção de armação metálica de prótese parcial removível (composição em liga de cobalto cromo)	UND	Em anexo	R\$ 270,00	R\$ 81.000,00	300

Valor total 81.000,00(oitenta e hum mil reais)

Declaro que a presente proposta terá a validade de 120 (cento e vinte) dias a contar da abertura da fase julgamento, comprometendo-me a mantê-la inalterável pelo referido período e demais condições conforme Edital.

Ou seja no DESCRITIVO/ESPECIFICAÇÃO do objeto da presente licitação, não há/possui diferenças, dos apontados pela aqui licitante, e pela edital, conforme apontado e demonstrado em epígrafe.

O presente Pedido de RETIFICAÇÃO da decisão do comissão de licitação é plenamente tempestivo, uma vez que a ILEGALIDADE de DESCLASSIFICAR a proposta da licitante, se deu ao arrepio da Lei de licitações e ao Edital, em tela, e mesmo por que a matéria ventilada é de **ORDEM PÚBLICA**, pois há uma ilegalidade insanável na decisão de DESCLASSIFICAÇÃO da licitante, contra a LEI/Decretos, conforme ver-se-á no decorrer, da presente impugnação.

Conforme Jurisprudência e súmula do STF - Supremo Tribunal Federal, quando, vislumbra-se que a matéria é de Ordem Pública, não há/existe prazo decadencial/preclusão, tudo conforme súmula 473 do STF:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Dá súmula nº 346-STJ

Enunciado: **A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.**

Data de Aprovação / Sessão Plenária de 13/12/1963 / Fonte de publicação: Súmula da Jurisprudência Predominante do Supremo Tribunal Federal – Anexo ao Regimento Interno. Edição: Imprensa Nacional, 1964, p. 151. Referência Legislativa: Código Civil de 1916, art. 145; e art. 147. Observação / Veja Súmula 6 e Súmula 473. Precedentes: RMS 9460 / Publicação: DJ de 18/04/1963 / RMS 8731 / Publicação: DJ de 02/07/1962 / RMS 9217 / Publicação: DJ de 01/06/1962 / RMS 7983 / Publicações: DJ de 07/08/1961 / RTJ 19/41 / MS 4609 / Publicações: DJ de 24/12/1957 / RTJ 3/651 / RE 26565 / Publicações: DJ de 05/12/1957 / RTJ 3/655 / RMS 1135 / Publicação: DJ de 17/08/1950 / RE 9830 / Publicação: DJ de 18/01/1950 / ACi 7704 / Publicação: DJ de 10/08/1943

Na proposta da recorrida, possuí as ANVISAS, dos insumos, conforme determinado, pelo edital ???

8.2.1 A Licitante deverá estar devidamente autorizada junto ao ÓRGÃO COMPETENTE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE – ANVISA, para cumprimento do que determina o artigo 2º da Lei nº 6.360 de 23/09/76, para os itens em que forem exigidos a obrigatoriedade de que se trata o artigo aqui mencionado.

Em epígrafe, ver-se que na proposta da recorrida, não há a apresentação dos insumos, com às ANVISAS, que MANDA o edital, daí deverá ser desclassificada a recorrida, é FATO e é de DIREITO.

A desclassificação da licitante, aponta para o art. 9 e seus incisos da Lei 14.133/21, e acredita nele e na sua aplicação, senão vejamos:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Será que a desclassificação, foi uma confusão de análise de outra licitação ??? Pois acreditamos, que o Pregoeiro(a); jamais iria tomar uma atitude de desclassificar uma licitante que esteja com a ESPECIFICAÇÃO com a DESCRIÇÃO igual ao do edital.

Ademais caso a desclassificação, persista, desde já aponta-se para uma possível conduta dolosa/prevaricação e nesta data iremos junto ao Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União e a Justiça Federal, pois o polo passivo é FEDERAL.

DOS FATOS E DOS DIREITOS

Em primícia, pugna-se pela aplicação do edital, pois em todo o procedimento licitatório deve ser afastado o formalismo exagerado, trazendo pra si, o formalismo moderado, que dispensa uma formalidade excessiva, contudo, **NÃO AFASTA AS FORMALIDADES NECESSÁRIAS À OBTENÇÃO DA CERTEZA JURÍDICA E SEGURANÇA PROCEDIMENTAL**. Formalismo moderado não significa ausência de formalismo.

Diogenes GASPARINI (2000) reforça tal ideia, colocando que:

"O informalismo, observe-se, não pode servir de pretexto para a existência de um processo administrativo mal-estruturado e pessimamente constituído, em que não se obedece à ordenação e a cronologia dos atos praticados. Assim, imperaria o desleixo /grifo do autor], não o informalismo [grifo do autor], no processo administrativo que se apresentasse faltando folhas, com folhas não numeradas e rubricadas, com a juntada ou desentranhamento de documentos sem o competente termo, com rasuras em suas folhas, com declarações apócrifas, com informações oferecidas por agentes incompetentes, ou anotados sem as cautelas devidas. Processo administrativo que assim se apresentasse, certamente, não asseguraria o mínimo da certeza jurídica à sua conclusão, nem garantiria a credibilidade que dele se espera. Em suma, não seria de nenhuma valia."

Frise-se ainda que, o Edital de Licitação faz "Lei entre as partes" assim sendo, pelo Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, tanto a Administração como o licitante devem obediência as normas estabelecidas.

Do princípio da autotutela como manifestação da legalidade

O controle realizado pela Administração Pública sobre seus próprios atos, sem necessidade de socorrer-se do Judiciário, é conhecido, convencionalmente, como controle interno.

Seu amparo legal pode ser encontrado na Constituição Federal de 1988, em especial, em seu art. 74, que dispõe: “Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de (...)”, senão vejamos:

Título IV Da Organização dos Poderes

Capítulo I Do Poder Legislativo

Seção IX Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Após a rápida leitura, do epigrafo art. 74 §01º e 02º da CF/88, ver-se que ao agente publico, este responderá de forma **solidária**. Dai deflui-se que aos responsáveis, pela perpetração da ilegalidade,

serão alcançados, pela prevaricação e/ou conduta dolosa, quando da não aplicabilidade da Lei, Decretos e em especial do Edital, **pelos representantes do ente publico e ou se estes fecharem os seus olhos, às ILEGALIDADES, ora ocorridas, dentro do processo licitatório.**

Daí deflui-se que aos responsáveis, pela perpetração da ilegalidade, serão alcançados, pela prevaricação e/ou conduta dolosa, pois **a motivação do RECURSO ADMINISTRATIVO, e em caso de não ser aceita, será eivada de vício, pois a RECORRIDA JAMAIS atenderá o EDITAL; ou seja a recorrida, encontra-se capenga e não possui a correta documentação para estar HABILITADA o que decorre da Lei de LICITAÇÕES, más não foi vislumbrada, pelos representantes do ente público.**

"ADMINISTRATIVO - REVISÃO DO VALOR DE PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - POSSIBILIDADE DE A ADMINISTRAÇÃO REVER SEUS PRÓPRIOS ATOS PARA ADEQUÁ-LOS AOS TERMOS DA LEI - ALEGAÇÃO DE DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA EM FACE DO DECURSO DO PRAZO DE CINCO ANOS APÓS A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO - LEI FEDERAL N. 9.784/99 - **INAPLICABILIDADE SE A CORREÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO SE DÁ EM VIRTUDE DE SUA PRÁTICA COM ILEGALIDADE, MÁ-FÉ DO BENEFICIÁRIO OU ERRO EVIDENTE E INCONTESTÁVEL - PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO - OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO - RECURSO PROVIDO.**

A administração pode rever seus próprios atos para adequá-los aos termos da lei e dos fatos, quando contiverem erro, nulidade ou anulabilidade.

Levando-se em conta os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, tem-se admitido a aplicação, por analogia integrativa, da Lei Federal n. 9.784/99, que trata da decadência quinquenal para revisão de atos administrativos no âmbito da administração pública federal, aos Estados e Municípios, não

obstante a autonomia legislativa destes para regular a matéria em seus territórios (CF/88, arts. 25, § 1º e 30, I), especialmente quando a alteração do ato se dá por força de interpretação jurídica objeto de discussão judicial, ainda que pacificada. Tal não ocorre, contudo, na hipótese de ato administrativo praticado com ilegalidade, má-fé do beneficiário ou erro evidente e incontestável.

“Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” (art. 5º, LV, da CF/88). Desse modo, afigura-se correta revisão da pensão por morte paga à viúva de servidor público se, constatado erro evidente e incontestável no valor, em face da inclusão indevida de adicionais de tempo de serviço, foram oportunizados o contraditório e a ampla defesa no devido processo legal administrativo”.

Reitera-se, que não há preclusão/decadência quando o ato da “Administração” é consubstanciado de erro, vício, ilegalidade, conforme a súmula 473-STF - Supremo Tribunal Federal, quando, vislumbra-se que a matéria é de **Ordem Pública**, não há/existe prazo decadencial/preclusão, tudo conforme súmula **473 do STF**.

Ou seja o art. 03 da Lei 8.666/93 e o art. 09º inciso I alinea “a” da Lei 14.133/2021; está a ser cumprido, pelo **ente FEDERAL**, na presente licitação ??? vai haver a OBSERVÂNCIA dos princípios constitucionais em que MANDA, ao representante da **UNIFAL**; efetivar a licitação, processando-a e julgando-se, em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

E mais o **§01º do art. 03º da Lei 8.666/1993 e o art. 09º inciso I alinea “a” da Lei 14.133/2021**, veda aos agentes públicos a conduta, ora constatada, na presente licitação, senão vejamos:

§ 1º **É vedado aos agentes públicos:**

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e

estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Nestes termos;

Roga-se deferimento, para a retificação da desclassificação, da licitante, ora peticionante;

Alfenas 19 de maio de 2025



LABOMINAS LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA LTDA
CNPJ: 02.956.244/0001-78
Luciano de Freitas Silva
CPF: 028.521.266-48/RG: M-8909579/TPD: 3591

LABOMINAS LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA EIRELI / CNPJ: 02.956.244/0001-78
Rua: João Fonseca, nº 145, Bairro: Jardim Vista Alegre, CEP: 37.132-061 – Alfenas – Minas Gerais

LABOMINAS
LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA LTDA.
CNPJ 02.956.244/0001-78
(35) 3291-4944 / 3297-3471 / 98825-4661
Rua João Fonseca, 145 - Jd. Vista Alegre
Alfenas-MG - labominas@gmail.com